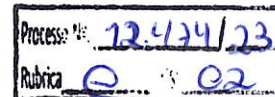


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**Identificador: **26245116-e48b-4afc-8d91-1faf86820f94**Protocolo: **Processo Requerimento Nº 012474/2023**Data: **11/05/2023 14:56:28**Origem: **MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**

*** contatos indisponíveis ***

Contato: **MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: **ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA**Assunto: **RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS**Detalhamento: **RECURSO****HISTÓRICO DAS ATIVIDADES***por ordem das atividades mais recentes*[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA 11/05/2023 14:56:40	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

registramos intenção de recurso quanto nossa inabilitação, onde as razões serão explanadas posteriormente.

[Fechar](#)

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

RECURSO

Ilmo. Senhor Pregoeiro do Município de Nova Friburgo.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.972/2022

A empresa 44.558.285 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO e sua representante legal, ambos já qualificados nos autos, vêm apresentar razões de recurso conforme demonstrado abaixo.

DA TEMPESTIVIDADE

A previsão legal encontra-se amparado no inciso XVIII do Art. 4º da lei federal 10.520/93, no Art. 44 do decreto federal 10.024/2019 e disposto no item 21 do edital.

DAS RAZÕES

No dia 24/04/2023, ocorreu em sessão pública o pregão na forma eletrônica nº 72/2023, onde a empresa recorrente foi declarada inabilitada pelo Ilustre Sr. Pregoeiro, sendo que o mesmo não conseguiu localizar o atestado de capacidade técnica.

Sr. Pregoeiro de forma equivocada, ao formalizar o arquivo de habilitação de forma compactada a ser juntado ao procedimento, o documento comprobatório de qualificação técnica não foi juntado ao mesmo.

Certo do conhecimento amplo, nos mais diversos entendimentos quanto ao assunto, entendemos que poderia o Ilustre Senhor pregoeiro ter sanado esta falha, uma vez que não altera a de forma alguma a substância da proposta apresentada pela recorrente.

Neste sentido, o próprio edital por duas vezes, traz o seguinte dizer.

13.16 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.18 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Vejamos que, de forma repetida, o edital traz uma segurança para o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

O Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da administração pública federal, traz um capítulo exclusivo sobre o ocorrido, vejamos.

**CAPÍTULO XIII
DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
Erros ou falhas**

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Reiteradamente o TCU já decidiu sobre o assunto nos acórdãos 1.211/2021 e 966/2022 ambos do plenário, onde aduz que a admissão da juntada de documentos, durante a classificação e habilitação dos certames licitatórios, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame é plenamente lícita.

Vejamos também que, em diversos sites especializados sobre licitações a matéria em questão converge para o mesmo entendimento, segue alguns links.

<https://zenite.blog.br/tcu-a-apresentacao-de-novos-documentos-e-a-possibilidade-de-saneamento-pelo-pregoeiro/>

https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=18867&n=undefined

<https://www.blogjml.com.br/?area=artigo&c=a9327847ad7f5d67e0fe7d3a6bc17489>

Para assegurar a contratação, está disponível no SICAF a comprovação através de atestado de capacidade técnica, que a recorrente é plenamente capaz de executar o objeto licitado.

Salientamos que o referido documento é pré-existente ao certame, conforme será analisado e comprovado pelo Ilustre Sr. Pregoeiro.

DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação, pela supremacia do interesse público e pelo princípio do formalismo moderado, esta recorrente requer a revisão do julgamento do pregão eletrônico 072/2023, com a reforma de sua INABILITAÇÃO, vez que, a documentação apresentada encontra-se regular e em consonância com os requisitos previstos no Edital. Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão nos termos solicitados, requer-se seja o presente recurso encaminhado à autoridade superior e disponibilização com o encaminhamento por e-mail de todos os documentos que embasaram sua decisão.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Nova Friburgo 03 de maio de 2023.

MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO
Sócia/Gerente

Fechar

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023.

Processo Licitatório nº: 25.974/2022

Processo Recurso nº: 12.474/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PÃES E DERIVADOS, para atender as necessidades do CAPS i, CAPS AD, CAPS II e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, inscrita no CNPJ: 44.558.285/0001-56, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 12.474/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 08/05/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 25.974/2022, a

Comissão de Pregão I

empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3, 4 e 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Ao formalizar o arquivo de habilitação de forma compactada a ser juntado ao procedimento, o documento comprobatório de qualificação técnica não foi juntado ao mesmo.

No entanto, a empresa alega que o Ilustre Senhor pregoeiro poderia ter sanado esta falha, uma vez que não alteraria de forma alguma a substância da proposta apresentada pela recorrente.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O subitem 16.2.1 do Edital dispõe que *“É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da verificação pelo pregoeiro, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada”*.

Comissão de Pregão I

Já o subitem 16.2.2 informa que *“O descumprimento do subitem acima implicará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019”*

Dessa forma, é possível depreender que a apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, disposta no subitem 20.1 do Edital, é obrigatória para fins de habilitação, sendo certo que tal documentação deve estar disponibilizada no SICAF ou ser encaminhada por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme preceitua o subitem 10.1 do Edital.

De acordo com a Lei 8666/93 artigo 43 § 3º, só é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, porém é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Comissão de Pregão I

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 072/2023, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, e solicito que após análise o mesmo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 072/2023.

Nova Friburgo, 17 de maio de 2023.

LEONARDO
GABRIG
PEIXOTO:108585
97705

Assinado digitalmente por LEONARDO GABRIG
PEIXOTO 10858597705
NEGO: 01-1024-Brasil, OU=AC SIELITI Multipla
v5, OU=2346624500105, OU=Presencial, OU=
Certificado ITI AD, CN=LEONARDO GABRIG
PEIXOTO 10858597705
Razão: Eu concordo com partes específicas deste
documento.
Linhação
Data: 2023.05.17 11:42:41-0300
Fonte PDF Reader Versão: 12.0.2

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934